

29 de junho de 2021

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem



Fonte: Simexmin

Data: 28/06/2021



MME AVANÇA NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PRÓ-MINERAIS ESTRATÉGICOS

Resoluções publicadas tratam, entre outros, sobre o funcionamento de comitê interministerial e define a relação de minerais estratégicos para o País.

O Ministério de Minas e Energia (MME), por meio do Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos (CTAPME), publicou nesta terça-feira, 22/06, no Diário Oficial da União (DOU), resoluções que visam a orientar os agentes do setor minerário, em prosseguimento à implementação da Política Pró-Minerais Estratégicos, instituída pelo Decreto nº 10.657/21.

A Resolução nº 1, de 18/06/21, dispõe sobre o funcionamento do CTAPME, que é composto pelo Ministério de Minas e Energia, sob a coordenação do secretário Alexandre Vidigal, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia e Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Dispõe, ainda, sobre a habilitação de projetos de investimento na Política Pró-Minerais Estratégicos. O dispositivo estabelece, em linguagem clara e de forma sistematizada, os procedimentos que deverão ser adotados pelos titulares de projeto, pela Secretaria-Executiva e pelo Pleno do comitê nos processos de habilitação de projetos de investimento na Política Pró-Minerais Estratégicos.

Importante destacar que cabe ao representante legal ou procurador do titular do projeto realizar a solicitação de habilitação, que deve ser submetida, exclusivamente por meio de mensagem eletrônica enviada a ctapme.prot@mme.gov.br, de forma individualizada para cada projeto.

A Resolução nº 2, de mesma data, define a relação de minerais estratégicos para o País, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 2º do Decreto nº 10.657/21. Foi adotado o conceito abrangente de minério, que é o material composto por minerais do qual podem ser extraídas substâncias úteis economicamente; para cada tipo de minério são apontados os componentes minerais principais ou típicos, de destacada importância pela sua aplicação

em produtos e processos de alta tecnologia. Esta Resolução também contempla a inclusão de novos minerais, sob demanda de projetos encaminhados ao Comitê.

Após a habilitação, pelo CTAPME, os projetos serão encaminhados à Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI) que passará, em articulação com outros órgãos, a prestar apoio ao licenciamento ambiental dos projetos inseridos na Política Pró-Minerais Estratégicos.

Todos os projetos habilitados, vale ressaltar, continuarão obrigados a atender às mesmas exigências ambientais, bem como a cumprir as mesmas etapas do procedimento impostas a qualquer outro projeto mineral. A agilização imprimida aos processos será buscada unicamente pelo apoio direto prestado pela SPPI, sem qualquer supressão de exigências do processo de licenciamento.

Acesse a Resolução nº1 clicando [aqui](#) e a Resolução nº2, clicando [aqui](#)

Fonte: MME

Data: 24/06/2021

MINING TECHNOLOGY

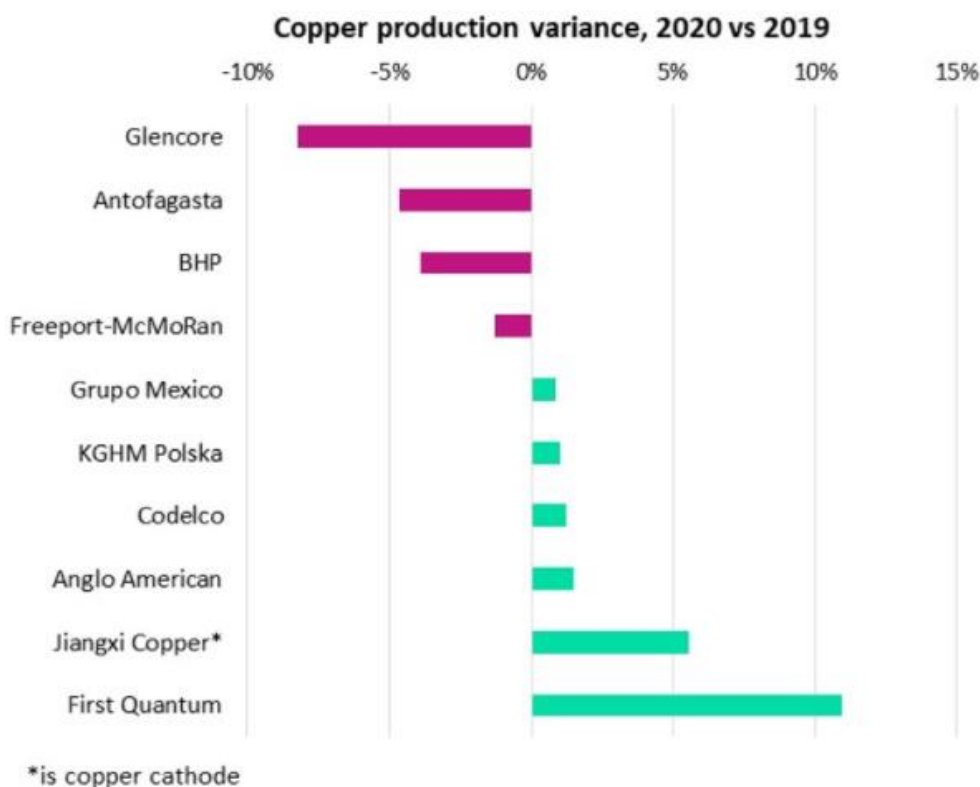
COPPER PRODUCTION FROM TOP TEN FIRMS TO RISE BY UP TO 3.8% IN 2021, SAYS GLOBALDATA

Copper production was impacted by the pandemic, but is expected to bounce back in 2021.

Production from the world's top ten copper mining companies decreased, albeit by a marginal 0.2% to 11.76 million tonnes (Mt) in 2020. The initial impact of the pandemic on the mining operations was immense, but six of the ten largest producers succeeded in increasing output in the year.

The highest increase in copper production was by Canada's First Quantum, which, despite all the challenges, reported 10.4% growth in 2020. The company's Sentinel mine in Zambia and Cobre Panama were key contributors to this growth. Whilst the latter remained under care and maintenance between April and August 2020, it delivered record production levels during the subsequent months.

Despite Codelco reporting over 3,400 active cases during July 2020, the company achieved 1.2% growth in its production in 2020. The company implemented a four-phase plan, as part of the COVID-19 measures, to ensure the health and safety of its employees, while also avoiding any significant impact to its copper output.



Although the overall impact was minimal, declines in production were observed from Glencore (8.2%), Antofagasta (4.7%), BHP (3.9%) and Freeport McMoRan (1.3%). Reduced operational workforces due to COVID-19 measures, lower ore grades and production halts due to maintenance were the key disruptors to output during 2020.

In 2021, copper production from the top ten copper companies is expected to bounce back, rising by up to 3.8%, to reach 12.2Mt. Robust growth is expected from Freeport McMoRan, which provided 1,723.6kt of copper

guidance for 2021, 18.5% higher versus 2020 output, backed by the commencement of its recently expanded Grassberg mine in Indonesia. Also, around 9.1% growth is expected from First Quantum and 5.3% higher copper cathode output is expected from Jiangxi. The growth will also be supported by production from other operating mines such as Escondida, Collahuasi, El Teniente, Cerro Verde, Buenavista and Antamina.

Fonte: Mining Technology

Data: 29/06/2021



METAMAT LEGALIZA ATIVIDADES DO GARIMPO NOVO ASTRO, EM NOVA BANDEIRANTES

A permissão para a prática garimpeira no local irá beneficiar, inicialmente, 200 famílias da região

O garimpo Novo Astro, localizado em Nova Bandeirantes, passa a operar de forma legalizada a partir do mês de julho. A exploração de ouro foi autorizada por meio do termo de conciliação firmado entre a Companhia Mato-grossense de Mineração (Metamat), a Agência Nacional de Mineração (ANM), a empresa Lago Dourado Mineração Ltda e a Cooperativa de Produtores Mineraiis de Nova Bandeirantes (Cooproband).

A permissão para explorar a mina aurífera é resultado do trabalho iniciado em setembro de 2020, quando o presidente da Metamat, Juliano Jorge Boraczynski, juntamente com o gerente da ANM em Mato Grosso, Roberto Vargas e o secretário nacional de Resolução de Conflitos da ANM, Caio Mario Trivelatto Seabra Filho, realizaram visitas técnicas a três reservas garimpeiras fechadas na região Norte do Estado.

O garimpo de Novo Astro existe desde 1986. Este é o segundo garimpo regularizado em dois anos, o primeiro foi em Aripuanã, onde foram cedidos 519 hectares e atualmente trabalham mais de 2 mil homens.

Na ocasião foram vistoriados os garimpos de Zé Vermelho, em Paranaíta, Pista do Cabeça, em Alta Floresta, e Novo Astro, em Nova Bandeirantes.

“Este termo de conciliação é fruto da viagem que fizemos no ano passado às reservas. A reabertura do garimpo Novo Astro foi liberada em tempo recorde, menos de um ano. Estamos cumprindo a missão de regularizar a atividade para que os garimpeiros voltem a trabalhar e sustentar suas famílias de forma digna”, afirma Juliano Jorge.

Postos de trabalho

A liberação do garimpo irá beneficiar, inicialmente, 200 famílias que aguardavam a reabertura do local desde 2011. A partir do próximo mês, os garimpeiros passam a trabalhar numa área de 6.109 hectares, cedida pela Lago Dourado Mineração. A licença inicial da lavra garimpeira é de 5 anos, mas com possibilidade de prorrogação do contrato.

De acordo com o secretário de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso, César Miranda, esse é um direito que o governo estadual quer garantir aos trabalhadores do setor de mineração, de comercializar o produto de forma legítima. “O governador quer aproveitar todo o potencial do Estado, por isso, o setor mineral também será contemplado ao longo da administração. A formalização desse garimpo irá favorecer o desenvolvimento da região e incrementar a economia local com a geração de novos postos de trabalho”, explica ele.

A pacificação do conflito gerou uma solução social e econômica que beneficiará a todos, segundo o gerente da ANM em Mato Grosso, Roberto Vargas. “Essa conciliação foi de extrema relevância porque tirou da ilegalidade trabalhadores, a produção de minérios passa a ser documentada e os impostos recolhidos. No fim, todos saem ganhando porque gera emprego, renda e tudo dentro da lei”, enfatiza.

Com a legalização, todo o processo de extração passa a ser feito com assistência técnica da Metamat e com as licenças ambientais expedidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT).

Fonte: SEDEC

Data: 27/06/2021



ALCOA LANÇA RELATÓRIO DE PERFORMANCE AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA DO ANO DE 2020

Resultados orientam Companhia a desenvolver metas estratégicas de longo prazo de 2025 a 2030, desenvolvendo estratégias de negócio e de sustentabilidade, com maior assertividade em engajamento e comunicação.

A Alcoa acaba de lançar o seu Relatório de Performance Ambiental, Social e de Governança (ASG). Por meio de uma análise conduzida por um Comitê Regional de Sustentabilidade para nortear as estratégias e ações de sustentabilidade no país e a partir da percepção de colaboradores e stakeholder externos, incluindo clientes, comunidades, organizações não governamentais e associações do setor, a empresa identificou 17 temas materiais para as operações no Brasil, que são acompanhados e mensurados anualmente.

Cuidar das pessoas por meio de ajuda humanitária, flexibilidade e empatia foram as marcas de 2020 para a empresa, por meio de investimentos sociais e promoção do voluntariado. Além de apoiar diretamente as comunidades estabelecidas nos municípios onde a Alcoa mantém suas operações (Juruti-PA, São Luís-MA e Poços de Caldas-MG) com ações diretas e prevenção e combate à Covid-19, que totalizaram mais de R\$ 4,5 milhões.

Respeitando o distanciamento social, o Instituto Alcoa e a Alcoa Foundation adaptaram projetos comunitários, atividades e programas, como o de voluntariado, para seguir apoiando as demandas locais nas áreas de Restauração Florestal e áreas protegidas, além de apoiar iniciativa de educação, geração de trabalho e renda e engajamento da sociedade.

O resultado foi um investimento de aproximadamente R\$ 7,8 milhões, com o envolvimento direto de 510 voluntários e quase seis mil pessoas beneficiadas.

Para promover a diversidade e inclusão, a empresa redesenhou o programa de novos talentos. Como resultado, dentre as 108 vagas ofertadas, 60% foram ocupadas por mulheres e 48% por pessoas negras: pretos e pardos. Devido a iniciativas como esta, a empresa foi reconhecida como Melhor Empresa em Diversidade no setor de siderurgia e mineração pela Revista Exame.

A Alcoa vem elevando a discussão sobre direitos humanos e publicou em 2020 a Política para Povos Indígenas, que ressalta compromissos e respeito aos direitos das populações tradicionais, alinhados com os Princípios Orientadores das Nações Unidas para Negócios e Direitos Humanos e as Convenções Básicas da Organização Internacional do Trabalho.

No quesito segurança, a Alcoa consolidou o Programa de Gerenciamento de Riscos Críticos (CRM), com mais de 30 mil verificações de controles críticos realizadas em campo, com redução da taxa de incidentes de 2020 em 0,22 se comparado ao ano de 2019 (2020: 0,42/2019: 0,64). A taxa de incidentes considera todos os casos que resultaram em lesões, afastamento, restrição ao trabalho e tratamento médico de colaboradores diretos e indiretos.

A empresa, também, avançou na área ambiental, com ações que já estão sendo implementadas. “Publicamos a Política de Mudanças Climáticas e definimos uma nova meta de longo prazo para redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) com o caminho de descarbonização abaixo de 2º C, definido no Acordo do Clima de Paris. Além disso, publicamos, também, novas políticas sobre gestão da água e biodiversidade, que direcionam nossas atividades para preservar recursos preciosos em nossas comunidades e permitir que as gerações futuras desfrutem desses recursos”, argumenta o presidente da Alcoa Brasil.

Ao rever os feitos e compromissos de 2020, o presidente da Alcoa Brasil, Otávio Carvalheira, ressalta que, apesar da pandemia de Covid-19, a Alcoa progrediu nos três principais impulsionadores estratégicos: compartilhar valor com as comunidades onde as operações se desenvolvem; minimizar os impactos ambientais e aumentar a diferenciação de produtos.

“Revisamos nossas práticas de gestão e desempenho social e estabelecemos procedimentos corporativos para entender e controlar riscos adequadamente. Reforçamos nosso compromisso com a inclusão e a diversidade com ações para criar locais de trabalho confiáveis, seguros, respeitosos e inclusivos para todos os indivíduos, compartilhando essa reflexão com as comunidades em que atuamos”, explica Otávio.

Fonte: Rede Pará

Data: 26/06/2021



SIGMA AVANÇA CONSTRUÇÃO EM GROTA DO CIRILO

A Sigma Lithium Resources Corporation iniciou os trabalhos de terraplanagem do projeto de lítio de rocha dura Grota do Cirilo em Minas Gerais. Além disso, a empresa começou a remoção da camada superficial do solo, limpeza e desbaste na área do local (planta e mina). Essas atividades seguem a conclusão da avaliação geotécnica para a engenharia civil e avaliação do impacto no projeto da fundação e quantidades de terraplanagem para construção da fundação para a planta de produção para a Fase 1 do Projeto, projetada para permitir futura expansão com a incorporação de uma segunda linha de produção.

As estimativas do Estado de Minas Gerais prevêem que os investimentos da Sigma gerem cerca de 400 empregos diretos na Fase 1 do Projeto, atraindo mais empresas para a região e gerando mais cerca de 6.000 empregos indiretos. O governador de Minas Gerais, Romeu Zema, disse que o objetivo é ser amigo do investidor, gerando renda e empregos. “Temos muito mais a fazer por Minas Gerais. O que estamos construindo é apenas o primeiro passo. É uma operação que está em total sintonia com nossas melhores e mais modernas práticas de extração mineral”, disse Fernando Passalio, secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico.

A Sigma anunciou também a Promon Engenharia Ltda para o desenho e construção da Fase 1 do Projeto. A Promon se junta ao Grupo Primero da Austrália como equipe internacional de engenharia da Sigma para construção

do Projeto. A Sigma continua avançando nas atividades de engenharia detalhada com a Promon, que agora se une à Primero para prestar serviços técnicos e de engenharia à Sigma na construção do Projeto.

Grota do Cirilo tem produção inicial estimada de 22 mil toneladas anuais de concentrado de lítio de alta pureza e deve ser concluído no terceiro trimestre de 2022.

A Sigma continua a fazer um progresso consistente com sua programação, apesar dos protocolos COVID-19 aumentados e contínuos. De acordo com a Sigma, a Promon foi selecionada por sua vasta experiência nas indústrias metalúrgica e química avançada e por seu processo de engenharia detalhado e focado. Já a Primero é uma das poucas empresas de engenharia com experiência direta em comissionamento e operação de construção de plantas de lítio, como resultado de seu trabalho em vários projetos de produção bem-sucedidos na Austrália, incluindo a experiência anterior de seu pessoal na mina Talison Greenbushes. A Primero aperfeiçoou a tecnologia para automatizar e controlar digitalmente a separação em meio denso em instalações de processamento de lítio. Em conjunto com a Sigma, a Primero desenvolveu os circuitos “verdes” para o fluxograma de processamento da planta de produção comercial do Projeto, incluindo a reciclagem de água e empilhamento a seco.

Como resultado do início de certas atividades relacionadas à construção, a Sigma atualizou sua licença ambiental (LP/LI) para o atual estágio de implementação do projeto. Nesse sentido, a empresa tomou as seguintes medidas como parte de seu compromisso com as práticas ESG: assinou Termo de Compromisso com os municípios de Araçuaí e Itinga para a criação de uma agência independente de investimentos como parte de seu compromisso com o desenvolvimento econômico e social, em cerimônia de assinatura presidida pelo Governador do Estado de Minas Gerais durante sua visita ao local do Projeto. A Agência de Investimentos promoverá o investimento privado e a diversificação econômica da região e está estruturada nos mesmos moldes da metodologia utilizada pelo Banco Mundial.

Além disso, a Agência será o fórum de discussão do desenvolvimento regional, colocando as cidades de Araçuaí e Itinga na agenda nacional e no mapa de investimentos internacionais. A Sigma doará (por meio de uma de suas partes relacionadas) aproximadamente 150 hectares de terras florestais para a criação de um parque estadual, como parte de suas iniciativas de “fixação” de carbono para diminuir as emissões e pegada na região. Esta área está localizada em uma alta serra a aproximadamente 140 km do Projeto e foi considerada potencialmente em risco de ser suprimida para pastagens de gado.

Esta transferência para o Instituto do Parque Nacional do Estado de Minas Gerais (IEF - Instituto Estadual de Floresta) é a compensação ambiental pela supressão da vegetação do tipo arbusto semiárido e cerrado nas áreas de minas do Projeto ou ao redor delas, conforme Licença ambiental atual da Sigma. “Receber o Governador de Minas Gerais no local do nosso projeto foi uma honra incrível para a Sigma. Queremos ser uma força positiva de mudança local, apoiando o desenvolvimento social da região do Jequitinhonha, bem como globalmente, fornecendo lítio de alta qualidade, alta pureza e sustentável a baixo custo para a indústria de veículos elétricos. Nossas ações reforçam nosso compromisso com o meio ambiente, a sociedade e nossos investidores. A Sigma sempre teve relações positivas e construtivas com a comunidade como um de seus valores centrais e a doação desta área florestal para a criação de um parque estadual promove os objetivos de preservação da Sigma de promover o progresso econômico sustentável da comunidade”, disse Ana Cabral-Gardner, Co-Presidente da Sigma.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 25/06/2021



COM ATÉ US\$ 6 BI EM INVESTIMENTOS PARA REDUZIR EMISSÕES, VALE BUSCA TRANSFORMAR AMEAÇAS EM OPORTUNIDADES, DIZ BBI

Analistas destacam que descarbonização será um dos principais temas abrangentes da próxima década para o mercado de metais e mineração

“Transformando ameaças em oportunidades”: foi dessa forma que o Bradesco BBI definiu em título de relatório o anúncio da Vale (VALE3) na última quinta-feira (24) de que a mineradora investirá entre US\$ 4 bilhões e US\$ 6 bilhões para redução das emissões.

Essas cifras são um avanço ante estimativa anterior que previa aportes de ao menos US\$ 2 bilhões, segundo apresentação publicada pela companhia nesta quinta-feira.

O documento apresentado a analistas de mercado, por outro lado, mostra que a mineradora manteve as metas de redução de emissões previstas. “O aumento dos investimentos deve-se à maior maturidade adquirida no portfólio de iniciativas de redução das emissões diretas da empresa (escopo 1), a serem implementados até 2030”, disse a Vale em nota. As emissões diretas são provenientes de operações próprias.

Os novos aportes, ressaltou a companhia, serão executados ao longo dos próximos nove anos e já estão considerados no orçamento da empresa. “Oitenta por cento dos investimentos são VPL positivo, com preço interno de carbono de US\$ 50 por tonelada”, acrescentou a empresa.

A Vale pontuou ainda que os US\$ 2 bilhões anunciados no ano passado se referem aos investimentos em energia renovável, como os projetos Folha Larga (eólica), na Bahia, e Sol do Cerrado (solar), em Minas Gerais. O projeto eólico já está operando desde agosto de 2020 e a planta solar encontra-se em implantação.

Em relatório, o BBI destacou que a Vale reiterou as metas de longo prazo relacionadas ao clima reiteradas, incluindo (i) reduzir a redução do escopo 1 e 2 em 33% até 2030 e zero líquido até 2050; (ii) 100% de energia renovável no Brasil até 2025 e globalmente até 2030 (já em 90% em 2020); (iii) redução das emissões líquidas do escopo 3 em 15% até 2035 (a Vale foi a primeira a anunciar uma meta quantitativa para o setor).

A administração da Vale realiza reuniões mensais para acompanhar o desempenho a fim de garantir que está no caminho certo para o cumprimento das metas, enquanto 5% da remuneração de curto prazo (de 10% relacionada à sustentabilidade) e 6% da remuneração de longo prazo (de 20% relacionadas a ESG, ou melhores práticas de meio ambiente, social e governança) estão vinculadas às metas climáticas.

O Bradesco BBI destaca que a descarbonização será um dos principais temas abrangentes da próxima década para o mercado de metais e mineração, desencadeando mudanças fundamentais no lado da demanda e do fornecimento.

“A Vale é uma das líderes do setor que vem assumindo uma postura mais proativa em relação à descarbonização, visando manter a liderança e a competitividade no longo prazo. A empresa já tem algumas vantagens competitivas estruturais em relação aos pares (portfólio de produtos de alta qualidade, exposição a commodities com alto potencial de crescimento em um mundo de baixo carbono) e sua estratégia ESG de longo prazo (que inclui as metas climáticas) deve continuar a contribuir para menor percepção de risco e reclassificação da ação”, avaliam. O BBI tem recomendação de compra para Vale e preço-alvo de R\$ 133 por papel VALE3 para o final do ano de 2021.

O Morgan Stanley avalia que a Vale tem metas de ESG agressivas, e um plano claro sobre como atingi-las. Na avaliação dos analistas, a Vale está bem posicionada para a redução das emissões dada a qualidade de seus produtos.

Entre as iniciativas, o banco resalta o plano de utilizar gás natural na redução direta do ferro e de ferro briquetado quente; e o uso de biomassa para obter o “ferro gusa verde” em um método de fundição direta, com base em uma nova tecnologia em desenvolvimento pela Vale, chamada de Tecnored.

No setor de níquel e cobre, o Morgan Stanley resalta o plano de substituir diesel por outras fontes renováveis de energia na mina de Voysey’s, de níquel, e uso de práticas mais sustentáveis para o cobre. O banco mantém avaliação overweight (exposição acima da média do mercado) para a Vale, com preço-alvo de US\$ 27 para os ADRs, ou recibo de ações negociados nos EUA, VALE negociados na Bolsa de Nova York.

Projeto de níquel

Outra notícia chamou a atenção dos investidores. O China Baowu Group, maior produtor de aço do mundo, anunciou também quinta-feira que unirá forças com a mineradora brasileira e com a Shandong Xinhai Technology para produzir níquel “pig iron” (NPI), matéria-prima do aço inoxidável, na Indonésia.

A Taigang Iron and Steel, subsidiária do grupo Baowu e segunda maior produtora de aço inoxidável da China, assinou um acordo com a PT Vale Indonésia (PTVI) e com a Xinhai –produtora de NPI– para a operação conjunta da unidade de processamento de níquel de Bahodopi, localizada em Morowali, na ilha de Sulawesi, disse a empresa em comunicado.

A Vale terá uma fatia de 49% do projeto, que deve produzir 73 mil toneladas de NPI por ano por meio de oito fornos elétricos rotativos (RKEFs, na sigla em inglês), enquanto Baowu e Xinhai dividirão os demais 51%.

Na avaliação da Guide Investimentos, a notícia é positiva. “Apesar do valor do projeto não ter sido ainda revelado, enxergamos a parceria com bons olhos, em virtude da diversificação tanto geográfica como de extração, além do fomento de parcerias no continente asiático. Salienta-se, entretanto, que a Vale, uma das maiores produtoras de minério de ferro e níquel do mundo, tem operações na Indonésia desde 1968 por meio da PTVI”, apontam.

Fonte: InfoMoney

Data: 25/06/2021



PARCERIA UNE RHI MAGNESITA E GERDAU

A RHI Magnesita e a Gerdau se uniram em sua relação comercial para utilizar a tecnologia de blockchain por meio da plataforma inédita no segmento mundial do aço. Chamado de Refrac Chain, o programa é customizado para

medições de contratos de performance entre RHI Magnesita e Gerdau, mas o contrato inteligente tem potencial para diversas outras aplicações na indústria. Todos os dados e ações dos participantes são registrados em blockchain e o cálculo financeiro da medição é realizado por um contrato inteligente.

A plataforma permite a rastreabilidade dos processos e trocas de dados entre as duas companhias usando mecanismos de consenso técnico e comercial pré-estabelecidos, que promovem agilidade na tomada de decisão e mais confiança para as operações entre as duas empresas reduzindo riscos de contraparte. RHI Magnesita e Gerdau acreditam que este seja o primeiro passo para uma integração ainda maior de processos, aliada a outras tecnologias, no médio prazo.

Os especialistas à frente do projeto, Antonio Hoffert e Gleisson de Assis, da Criptonomia, dizem que o uso do blockchain inédito na indústria do aço e o novo software reúne interface técnica e comercial, em um mesmo ambiente. "É um terreno de confiança comum, que possui etapas de validação por diferentes atores de ambas as empresas e oferece espaço para registro de provas de imagens, documentos, textos, vídeos e até áudio, diminuindo os riscos nas transações, tornando o processo altamente auditável e aumentando a confiabilidade entre as companhias", ressalta Hoffert. A transparência, segurança e exatidão dos dados são alguns dos pontos chave agregados pelo uso da plataforma. "É ainda uma substituição às práticas atuais, um primeiro passo para uma descentralização do registro da informação. A utilização do sistema configura uma assinatura digital na medida em que as partes acompanham e validam todas as etapas do processo e evita que problemas pontuais virem uma bola de neve", completa o especialista.

A plataforma começou a funcionar no início deste ano exclusivamente em uma unidade de produção de aço da Gerdau em Minas Gerais. A intenção é que a partir daí possam expandir a solução para outras operações da empresa. "Buscamos soluções que atendam aos desafios do negócio, em parceria com nossos fornecedores, de forma a garantir a excelência operacional das nossas unidades. Essa iniciativa traz confiabilidade, velocidade e agilidade ao processo e reflete a jornada de transformação digital pela qual a Gerdau vem passando nos últimos anos", afirma Vinicius Moura, gerente geral de Suprimentos da Gerdau.

Para Celso Freitas, head global de Marketing e Soluções Digitais da RHI Magnesita, a partir do uso da plataforma, a empresa espera ter em mãos métricas ainda mais assertivas nas operações da sua cadeia de suprimentos. "A medição de performance refratária existe há mais de 20 anos e tem um processo que ainda utiliza cálculos em planilhas e troca de várias informações por e-mail. Além de todos os outros ganhos já mencionados, de imediato teremos também uma redução considerável no trabalho repetitivo, o que acelera o processo, com mais transparência e a segurança das informações contratuais", explica Freitas.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 25/06/2021



PEQUENAS E MÉDIAS MINERADORAS VÃO SUPRIR DEMANDA DE LÍTIO, MOLIBDÊNIO E TERRAS RARAS

O Brasil é conhecido por ser uma potência mineral e pela exportação de minério de ferro, ouro e caulim, para ficarmos nos três dos principais produtos. Há, no entanto, uma lista de minerais que não passam pelo radar das grandes empresas porque, em grande parte, não têm a escala de produção que elas esperam. Parte deles são elementos estratégicos, como o lítio, que deve ser cada vez mais usado na fabricação de baterias para equipamentos elétricos. A exploração de minerais estratégicos acaba sendo encampada por pequenas e médias mineradoras e, no País, a Região Norte pode representar um papel ainda mais importante no futuro. A avaliação é de especialistas que participaram do Webinar sobre o tema, promovido pela revista Brasil Mineral com apoio da Metso Outotec na última sexta-feira (18/6).

Ronaldo Lima, diretor de Geologia, Mineração e Transformação Mineral da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará (Sedeme), confirma a análise. Somente no Pará, hoje o principal Estado minerador do Brasil em faturamento, existem 540 empresas de mineração, sendo 90% delas de pequeno ou médio porte. A produção de minério de ferro responde por 86% do faturamento do setor e exige grande escala de produção e investimento de capital, assim como a cadeia do alumínio ou ainda a exploração de ouro em grande volume. Sobra para as pequenas e médias a exploração de outros minerais. Para Lima, esse setor não tem ainda suas demandas endereçadas porque o governo enxerga bem os dois extremos – as megamineradoras e o garimpo legal.

Segundo o diretor da Sedeme, o grande desafio é regularizar as empresas que estão irregulares e combater a ilegalidade. Com isso, ele avalia que é possível trazer as pequenas e médias para o centro do debate.

Ao serem entendidas em suas demandas, elas poderão avançar com projetos de financiamento de suas minas e adotar de forma mais consistente medidas de proteção ao meio-ambiente. O melhor entendimento das pequenas e médias mineradoras também pode organizar melhor o setor, que hoje negocia diretamente sua produção com traders especializados na área. Uma das ações que Lima cita como exemplo é o protocolo assinado

pelo Pará com a Agência Nacional de Mineração (ANM) para ajudar na fiscalização. Embora a organização do setor fique a cargo da ANM, porque o bem mineral é da alçada federal, os passivos ambientais, por exemplo, são deixados para os estados, o que explica a preocupação regional.

Amazônia é a nova fronteira mineral do Brasil

A questão ambiental é crítica para o desenvolvimento da mineração de pequeno e médio porte, segundo ele. “Antes, o licenciamento ambiental era restrito à avaliação do impacto que a mineração poderia causar direta e indiretamente. Hoje, avalia-se de forma mais incisiva o impacto nos recursos hídricos”, argumenta. Para Lima, não haverá mineração viável sem sustentabilidade, mas o tratamento adequado dos empreendimentos de pequeno e médio porte deve considerar a maior agilidade nos processos de licenciamento. “Temos de trazer a pequena e média mineração para o conceito de sustentabilidade”, explica.

O especialista avalia que o setor deve seguir o exemplo do agronegócio e incorporar a sustentabilidade como política, reduzindo a imagem negativa associada atualmente. O diretor da Sedeme, no entanto, reforça a ideia de que é necessário tratar adequadamente os empreendedores de menor porte, hoje com exigências comuns às das grandes mineradoras.

Tempo médio para ativar mineração de pequeno e médio porte é de dez anos

Luiz Maurício Azevedo, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração (ABPM), também tem experiência sólida na região Norte, incluindo no currículo a Avanco, mineradora que justamente desenvolveu projeto de mineração de cobre em uma área que já tinha sido explorada e descartada por grandes mineradoras. Diferentemente do Canadá e da Austrália, ele lembra que o Brasil não tem uma estrutura organizada, que incentive os empreendimentos de pequeno ou médio porte. “Eu me pergunto como conseguimos fazer isso há dez anos e comparo se conseguiríamos desenvolver o projeto hoje”, argumenta.

Azevedo destaca os desafios não só do tempo de licenciamento como também os de capital. “O primeiro gargalo é encontrar áreas disponíveis para explorar. Em determinado momento, a ABPM achou que a mineração ia acabar pela concentração de alvarás de pesquisa. Há quase dois anos, em função da pandemia, o processo ficou mais complicado na Agência Nacional de Mineração, pois houve paralisação dos processos”, continua. “Quando se encontra uma área disponível, começa o desafio de licenciamento e os investidores precisam de um cenário para rentalizar o projeto. Se tudo der certo, o empreendimento estará entrando em operação em dez anos”, salienta Azevedo.

Na prática, Azevedo participa de um projeto recente de média mineração que ilustra bem os desafios e o potencial desse tipo de empreendimento. Trata-se da exploração de kamafugito, um remineralizador de solos cuja planta em Minas Gerais pode ser ativada em tempo recorde, indo da pesquisa até a lavra.

O processo foi agilizado – pelos padrões de Brasil – em função de se tratar de uma planta que não geraria rejeitos e não usa recursos hídricos para sua exploração. “Praticamente estamos falando da moagem da rocha e da venda para o agronegócio”, detalha. “E mesmo assim temos barreiras, como a liberação de uso de uma usina solar que vai eliminar a necessidade de fornecimento de energia da concessionária local. Há dois meses aguardamos a autorização, com a usina já pronta”, complementa.

Desenvolvimento sustentável exige mineração responsável

Assim como Lima e Azevedo, o professor Giorgio Tomi, da Universidade de São Paulo (USP), é um entusiasta da pequena e média mineração. Para ele, a importância desse tipo de empreendimento não se restringe ao Brasil. Citando uma pesquisa canadense, Tomi destaca que minerais críticos para o futuro são quase todos oriundos da pequena e média mineração porque não há grandes depósitos deles. “A matriz mundial com fontes renováveis, caso dos carros elétricos, será dependente de pequenos e médios depósitos minerais”, avalia o pesquisador da USP. Os desafios, porém, começam na viabilidade das minas.

“Não é fácil ter sucesso. No Chile, há pesquisas que indicam que, de 210 áreas sondadas, apenas cinco tornaram-se potenciais e apenas uma virou uma mina”, detalha. “Na Austrália, um levantamento de 970 alvos potenciais mostrou que apenas 10 viraram minas exploradas”, continua.

Os dados da ANM indicam um perfil similar: de 227 mil requerimentos num período de dez anos, apenas 2,9 mil concessões de lavra foram expedidas. “Ter sucesso em todo investimento em pesquisa é difícil, agora, imagine o desafio que é para as pequenas e médias mineradoras”, argumenta.

E aqui começa o desafio para o Brasil, onde esse grupo de mineradoras responde por 98% dos títulos minerários. O desenvolvimento ganha ainda mais complexidade com uma sigla que passa a dominar qualquer discussão, a ESG, do inglês Environmental, Social and Governance, ou seja, Ambiental, Social e Governança. “O ESG está no topo das preocupações e faz parte da agenda 2030, que estabelece uma série de metas. O setor mineral não pode ficar fora delas”, salienta Tomi.

O pesquisador destaca que uma série de documentos foram preparados desde 2016 para endereçar o segmento, incluindo 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), elaborado pela ONU. Em 2019, o Banco Mundial refinou os ODS, selecionando 9 deles para serem priorizados pela pequena e média mineração.

No ano passado, segundo ele, outra resolução da ONU reforçou o apelo da governança na mineração, pressão que continua no dia a dia das empresas do setor. O espectro do acompanhamento inclui desde assuntos já reconhecidos, como os planos de fechamento de minas, até a importância da interação com as comunidades tradicionais no entorno dos empreendimentos mineiros. E, é claro, um novo padrão de gerenciamento de rejeitos, grande parte influenciado pelos graves acidentes ocorridos no Brasil.

“O caminho está mapeado, mas é preciso parcerias, pois não é possível atender essas metas sozinho. Inclusive, é preciso considerar as empresas juniores como parceiras, assim como as iniciativas de associativismo e cooperativismo”, elenca Tomi. Ele também avalia que o acesso ao capital é outro direcionador. “Sem transformação para um cenário de sustentabilidade, não haverá acesso ao capital para as pequenas e médias mineradoras. Desenvolvimento sustentável exige mineração responsável, como foi falado na Universidade de Delaware”, finaliza.

Fonte: Conexão Mineral

Data: 25/06/2021



GOVERNO FEDERAL PUBLICA LISTA DOS MINERAIS ESTRATÉGICOS PARA O BRASIL

Grafita, Fosfato e Cobre estão entre os minerais considerados estratégicos para o Brasil pelo Governo Federal. A lista completa foi publicada nesta terça-feira (22) no Diário Oficial da União, através da Resolução Nº 2 de 18 de junho de 2021 .

O Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos (CTAPME) elencou os minerais de acordo com os critérios de que constam no Decreto nº 10.657 , de 24 de março de 2021: bem mineral do qual o País dependa de importação em alto percentual para o suprimento de setores vitais da economia; bem mineral que tenha importância pela sua aplicação em produtos e processos de alta tecnologia; ou bem mineral que detenha vantagens comparativas e que seja essencial para a economia pela geração de superávit da balança comercial do País.

Serviço Geológico do Brasil contribui para conhecimento dos minerais estratégicos

O Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) realiza o levantamento das potencialidades do país em minerais estratégicos. Uma das áreas de atuação envolve pesquisas voltadas para o fosfato e potássio, insumos para o agronegócio e a prospecção e mapeamento de agrominerais. A empresa pública ligada ao Ministério de Minas e Energia também possui diversos programas voltados para pesquisa de minerais denominados estratégicos devido ao uso na indústria de alta tecnologia. Em 2020, foram publicados informes de recursos minerais com foco no potássio, fosfato, agrominerais e grafita.

Os estudos de agrominerais promovem a caracterização e o levantamento de fontes de minerais e rochas para emprego nas técnicas de remineralização e/ou condicionamento de solos, com ênfase em materiais disponíveis em pilhas de descartes de mineração e valor econômico a passivos ambientais da mineração. Essas pesquisas contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável brasileiro.

Existem cerca de 800 ocorrências minerais de grafita registradas no Brasil. O SGB-CPRM realizou um [inventário mineral atualizado](#) dos recursos minerais de grafita brasileiros, concentrando informações geocientíficas e levantamento de novos dados. Publicado em 2020, o material avalia os parâmetros econômicos da grafita, com um panorama nacional e internacional de exploração e consumo, seus recursos e produção. O estudo também apresenta as principais ocorrências de grafita por província geológica, além de seu modo de ocorrência.

Recentemente, o Governo Federal leiloou através do SGB-CPRM o depósito de Fosfato de Miriri, situado entre os estados de Pernambuco e Paraíba. O projeto Miriri foi objeto de estudos do Serviço Geológico do Brasil na década de 1970 e, após a reavaliação dos dados gerados nessa época, foi realizada a valoração econômica do ativo por consultoria independente.

O SGB-CPRM também levantou dados que originaram um mapa de favorabilidade para presença de minério de cobre no entorno do projeto Cobre Bom Jardim. O mapa, elaborado através da interpretação dos dados de mapeamento geológico, medidas estruturais, levantamentos geofísicos e geoquímicos, indica quais áreas são favoráveis para a presença do minério de cobre.

Confira a relação dos minerais estratégicos para o Brasil:

I - Bens minerais dos quais o País depende de importação em alto percentual para o suprimento de setores vitais da economia:

1. Enxofre;
2. Minério de Fosfato;
3. Minério de Potássio;
4. Minério de Molibdênio.

II - Bens minerais que têm importância pela sua aplicação em produtos e processos de alta tecnologia:

1. Minério de Cobalto;
2. Minério de Cobre;
3. Minério de Estanho;
4. Minério de Grafita;
5. Minérios do grupo da Platina;
6. Minério de Lítio;
7. Minério de Nióbio;
8. Minério de Níquel;
9. Minério de Silício;
10. Minério de Tália;
11. Minério de Tântalo;
12. Minério de Terras Raras;
13. Minério de Titânio;
14. Minério de Tungstênio;
15. Minério de Urânio;
16. Minério de Vanádio

III - Bens minerais que detêm vantagens comparativas e que são essenciais para a economia pela geração de superávit da balança comercial do País:

1. Minério de Alumínio;
2. Minério de Cobre;
3. Minério de Ferro;
4. Minério de Grafita;
5. Minério de Ouro;
6. Minério de Manganês;
7. Minério de Nióbio;
8. Minério de Urânio.

Fonte: CPRM

Data: 23/06/2021



EXPORTAÇÕES SOMAM 24,3 MILHÕES T EM MAIO

Segundo dados do Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos (Sinferbase), as exportações de minério de ferro em maio de 2021 somaram 24,377 milhões de toneladas, um crescimento sobre as 21,592 milhões de toneladas do mesmo mês de 2020. Na comparação anual dos cinco primeiros meses, as vendas externas passaram de 100,516 milhões de toneladas, em 2020, para 111,068 milhões de toneladas entre janeiro e maio de 2021. As exportações de minério da Vale e coligadas somaram 22,335 milhões de toneladas em maio de 2021, um acréscimo em relação aos 19,318 milhões de toneladas de maio de 2020. As exportações da Vale e coligadas cresceram de 89,991 milhões de toneladas para 101,764 milhões de toneladas na comparação anual entre os cinco primeiros meses de 2020 e 2021.

As vendas externas de pelotas somaram 819 mil toneladas em maio de 2021, um decréscimo em relação as 1,596 milhões de toneladas de maio do último ano. Na comparação entre os anos de 2020 e 2021, as vendas externas de pelotas caíram de 6,453 milhões de toneladas para 4,127 milhões de toneladas.

Já as vendas de minério de ferro no mercado nacional aumentaram de 1,334 milhões de toneladas em maio de 2020 para 2,865 milhões de toneladas em maio deste ano. No acumulado até maio, as vendas internas cresceram de 9,421 milhões de toneladas, em 2020, para 12,425 milhões de toneladas neste ano.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 24/06/2021

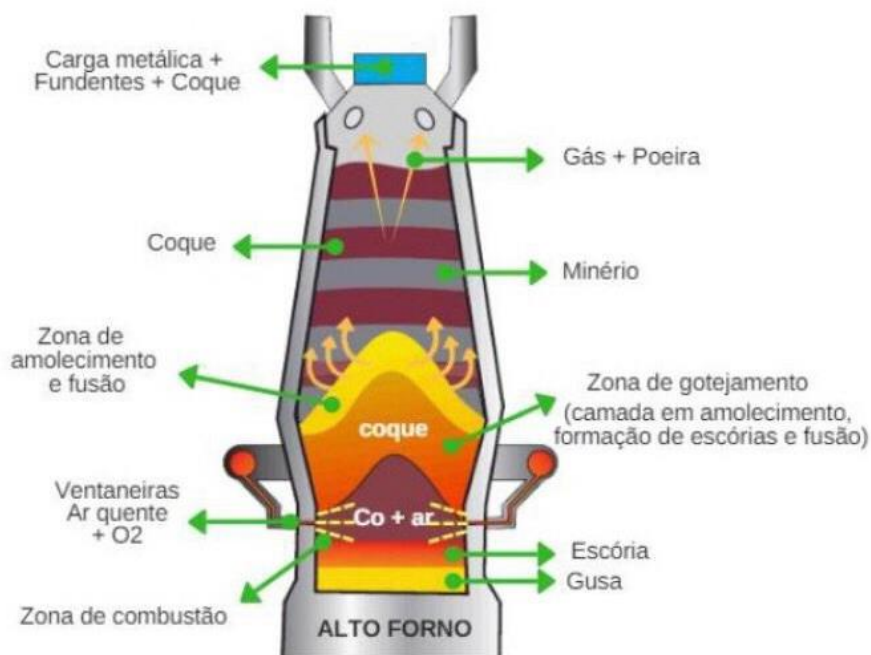


MINÉRIOS QUE CREPITAM MUITO NÃO PODEM SER COMERCIALIZADOS PARA A INDÚSTRIA SIDERÚRGICA

Minérios que crepitam muito e que degradam em excesso, quando aquecidos rapidamente, não podem ser comercializados para uso em altos-fornos e em reatores de redução direta. Isso em razão de o material prejudicar a produtividade do processo ao gerar muitos finos no interior desses equipamentos.

Dessa forma, é de maior importância que o fornecedor e o consumidor de minérios de ferro contem com ensaios consistentes, feitos em escala de laboratório, para determinar previamente o grau de crepitação dos minérios e, assim, definir quais podem ou não ser comercializados.

O principal ensaio utilizado internacionalmente para tal definição tem sido o da ISO 8371 (Iron ores for blast furnace feedstocks — Determination of the decrepitation index). No entanto, algumas vezes têm ocorrido divergências significativas nos resultados obtidos por diferentes laboratórios ao testarem uma mesma amostra.



Buscando solucionar este problema, o Comitê da ISO para ensaios metalúrgicos de minério de ferro (TC 102/SC 3) criou um grupo de trabalho com especialistas representantes da África do Sul, Austrália, Alemanha, Brasil e Japão. Foi atribuído a este grupo o objetivo de aprimorar os procedimentos descritos na ISO 8371 por meio de um interlaboratorial internacional, feito com minérios oriundos de três países.

A liderança deste grupo é australiana e o especialista brasileiro (corresponding partner) é o engenheiro Arthur Napoleão, consultor do Comitê para a Normalização Internacional em Mineração do Instituto Brasileiro de Mineração (CONIM/IBRAM), que operacionaliza a Secretaria Técnica do Comitê Brasileiro de Minérios de Ferro, da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, denominado ABNT/CB-41, e gestor do ABNT/CB-41. Por sua vez, o laboratório que realiza os ensaios de crepitação pelo Brasil é o da CSN Mineração, em Casa de Pedra/MG.

Importante ressaltar que a participação em interlaboratoriais é uma das formas mais efetivas, e de baixo custo, para avaliar e aprimorar o pessoal e a infraestrutura de um laboratório. Este tem sido, entre outros, um dos grandes benefícios da participação das nossas empresas nos trabalhos de desenvolvimento e aprimoramento das normas ISO e ABNT.

Os resultados deste interlaboratorial internacional serão discutidos na próxima reunião internacional do TC 102/SC 3, em setembro de 2021.

Fonte: IBRAM

Data: 24/06/2021



SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL PARTICIPA DE WEBINAR SOBRE GESTÃO E OPORTUNIDADES DE REUSO DE REJEITOS

O Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) participará, na próxima quarta-feira (30), às 18h, do webinar Gestão e Oportunidades de Reuso de Rejeitos, que vai debater sobre a governança mineral e o desenvolvimento sustentável. O evento contará com representantes da indústria e dos governos do Brasil e da Austrália, entre eles, o diretor de Geologia e Recursos Minerais (SGB/CPRM), Márcio Remédio. Os interessados em participar podem se inscrever em bit.ly/embaustralia.

O seminário virtual é promovido pela Embaixada da Austrália no Brasil e pelo Ministério de Minas e Energia do Brasil em parceria com o Sustainable Minerals Institute (SMI) da Universidade de Queensland. O evento irá começar com um debate entre representantes do SGB/CPRM, do Governo do Estado da Tasmânia, da empresa brasileira Largo Resources e do SMI. O moderador do evento será o Professor Daniel Franks, líder do SMI.

Confira a programação completa:

Abertura – 10 min

Lila Mascarenhas Sant'Agostinho – Secretária Adjunta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Ministério de Minas e Energia, Brasil

Professor Neville Plint – Diretor, SMI

Apresentação – 30 min

Dr. Anita Parbhakar-Fox, líder do grupo – Transformação de Resíduos de Mina por meio de caracterização (MiWaTCH), SMI

Discussão e Perguntas & Respostas – 50 min

Paulo Guimarães Misk – Presidente e CEO, Largo Resources LTDA

Márcio Remédio – Diretor de Geologia e Recursos Minerais no Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM)

Dr. Anita Parbhakar-Fox, líder do grupo – Transformação de Resíduos de Mina por meio de caracterização (MiWaTCH), SMI

Carol Steyn – Oficial de Projetos de Reabilitação, Recursos Minerais da Tasmânia, Departamento de Crescimento do Estado.

Este é o segundo de uma série de três webinars visando encorajar um diálogo sobre políticas públicas entre representantes da indústria e do governo do Brasil e da Austrália sobre governança mineral e desenvolvimento sustentável.

Fonte: CPRM

Data: 24/06/2021



BAHIA

PRODUÇÃO MINERAL CRESCE 53% NO SEMESTRE

Segundo dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), utilizados em balanço semestral da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), a produção mineral bruta comercializada pelo estado passou de R\$ 2,7 bilhões (2020) para R\$ 3,7 bilhões neste ano, o que representa um aumento de mais de 53% no primeiro semestre. O resultado coloca a Bahia em terceiro lugar no ranking nacional dos maiores produtores minerais, atrás apenas de Minas Gerais e Pará.

O bom desempenho garante um incremento de receitas para os municípios com produção mineral, que recebem 60% da CFEM. Em Jaguarari, no norte do estado, por exemplo, esta contribuição no período cresceu 161%, indo de R\$ 3,2 milhões em 2020 para R\$ 8,5 milhões em 2021. Outro caso expressivo foi o de Caetité, cuja CFEM passou de R\$ 72 mil para R\$ 2,5 milhões. Um crescimento de 3.500%. Os números foram coletados no dia 16 de junho e a expectativa é que, com o fechamento do mês, sejam ainda maiores. “Em bom português, podemos dizer que Caetité bombou! A melhor característica do dinheiro da CFEM é que ele é dinheiro novo. Ele não vem com restrições. O município pode identificar as áreas que estão precisando e utilizar o valor da melhor forma. Pode ser para educação, segurança, saúde, ou qualquer setor que for representar maior ganho para sua população.”, diz Antonio Carlos Tramm, presidente da CBPM.

Atualmente, a Bahia é o maior produtor brasileiro de barita, bentonita, cromo, diamante, magnesita, quartzo, sal-gema e talco; o segundo maior produtor de níquel; e o terceiro de cobre. É, ainda, o único produtor de vanádio e urânio do Brasil. O minério de ferro cresceu significativamente no primeiro semestre de 2021, quase 900%, boa parte em função da entrada da Bamin no mercado. A mineradora brasileira iniciou a operação comercial em janeiro e promete transformar a Bahia no terceiro maior estado produtor de minério de ferro do Brasil. Atualmente, os três estados que mais produzem o metal são Pará, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. “E nós estamos apenas raspando a superfície. A Bahia tem um potencial que vai muito além da Bamin”, afirma Eduardo Ledsham, presidente da mineradora.

O projeto completo da Bamin conta com a conclusão do Porto Sul, em Ilhéus (BA), e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), cujo leilão foi vencido pela empresa em abril deste ano. A primeira etapa vai de Caetité ao Porto Sul e devem colocar a Bahia no seleto grupo de exportadores nacionais de minério de ferro, commodity que representa aproximadamente 4% do PIB brasileiro.

Segundo estudos feitos pela CBPM, a região Centro-Oeste baiana é rica em minério de ferro, urânio e outros minerais. Na esteira da FIOL, a CBPM já trabalha para atrair mais investimentos para oportunidades identificadas na região e, também, em estudos de novas jazidas minerais a 100 km de distância de cada lado dos trilhos.

Os setores do governo e empresariado baiano agora lutam tanto pela FCA/VLI (Ferrovia Centro-Atlântica) quanto pela FIOL. A ferrovia tem sido tema de discussão entre a concessionária, que quer continuar a operar a FCA por mais 30 anos, e os grupos supracitados, que questionam quais benefícios essa parceria trouxe para Bahia e quais

vai trazer a partir daqui. “Precisamos de garantias de que a empresa, ou qualquer outra concessionária, irá investir no trecho baiano da ferrovia, apresentando uma solução para a falta desse trem, considerando não apenas a demanda atual de carga ferroviária como o seu potencial futuro.”, afirma Tramm.

O abandono dos trilhos prejudica a logística de cargas para empresas baianas, que enfrentam ainda deterioração na malha. Dentre eles, a desativação total dos trechos Senhor do Bonfim-Juazeiro/Petrolina, Esplanada-Propriá, Mapele-Calçada, e parcial no Porto de Aratu, somando uma perda de mais de 620 km. Essas desativações contribuem para o isolamento do Nordeste da malha ferroviária nacional.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 24/06/2021



ESG: CONCEITO INDISPENSÁVEL PARA PAVIMENTAR O CAMINHO DA MINERAÇÃO DO FUTURO

Um dos protagonistas da economia brasileira, a mineração passa por uma ampla transformação em seus processos produtivos, em sua governança e em seu patamar de sustentabilidade. O reforço das práticas de ESG (sigla em inglês para ações relacionadas ao meio ambiente, à responsabilidade social e à governança) para pavimentar o futuro dessa indústria foi tema de debate nesta 4ª feira (23/6) no 2º encontro online do Lab de Comunicação para Mineração da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje).

“Praticamente todas as ações que o setor mineral tem tomado desde 2015, quando houve o rompimento da barragem de rejeitos em Mariana (MG), têm dado ênfase aos componentes proteção ao meio ambiente, responsabilidade social com relacionamento mais aberto e transparente com as pessoas e aprimoramento da governança. E, obviamente, o setor tem se dedicado incessantemente a melhorar a segurança operacional, afirmou o diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), Flávio Ottoni Penido, em sua fala na abertura do encontro virtual.

Segundo ele, o IBRAM está à frente de um profundo processo de transformação do setor mineral brasileiro desde então. “As empresas brasileiras buscam estar plenamente aderentes à corrente internacional que baliza investimentos e comportamentos corporativos mundo afora. Entendem que o Brasil e os brasileiros precisam contar com uma mineração cada vez mais moderna, sustentável e parceira do desenvolvimento socioeconômico, afinal, este é seu maior propósito”, declarou.

O encontro, que contou com a participação de mais de 180 pessoas, foi moderado pela diretora de Relações Governamentais e Responsabilidade Social da Kinross, Ana Cunha. Segundo ela, os profissionais de comunicação têm exercido um papel estratégico nas companhias para melhorar a reputação, peça fundamental para os negócios. “A narrativa eficiente tem um propósito de transmitir com clareza as ações sustentáveis e sociais das empresas”, analisa.

Heiko Hosomi Spitzack, diretor do Núcleo de Sustentabilidade da Fundação Dom Cabral, trouxe a perspectiva da Academia sobre o tema para a discussão. Segundo ele, o debate é relativamente novo para alguns, mas essas questões sempre foram debatidas nas salas de aula. “O mais importante é a empresa pensar sobre as questões envolvendo ESG não apenas para basear suas estratégias e investimentos, porém, entender que são práticas que vão agregar valor ao seu negócio”, afirma.

Matheus Lombardi, sócio e Head de Relações Públicas XP Inc, mostrou que esses conceitos são fundamentais para o mercado financeiro. Segundo ele, isso é uma resposta às demandas da sociedade. “Se a gente for olhar para o mercado internacional como funciona ESG e como as pessoas investem, inclusive as novas gerações, elas já consideram fundamental investir em empresas que seguem critérios ESG. Nos Estados Unidos, por exemplo, metade das pessoas investe em empresas que seguem essas boas práticas”. Ele acredita que as organizações que não seguirem essa linha não vão conseguir financiamentos aos mesmo custos de outras que aplicam os conceitos e, talvez, não consigam competir e até sobreviver no mercado.

Olinta Cardoso, gerente executiva de Responsabilidade Social da Petrobras, trouxe para o debate que um desafio para a indústria da mineração é a transição das empresas para a inovação, pois se trata de um setor muito tradicional. “A consciência de mudança já chegou, porém, a mudança não é tão simples. O que faz a diferença são as pessoas e as lideranças. Há um processo de mudança cultural em curso. Empresas são feitas de pessoas. Se tivermos uma sociedade mais comprometida, teremos consequentemente setores mais comprometidos. O mundo sustentável vai além das práticas das empresas, é uma ação conjunta”, analisa.

Todos os debatedores foram enfáticos em dizer que o papel do comunicador é fundamental na transformação das empresas em relação aos conceitos de ESG e também na reputação dela diante da sociedade.

Fonte: IBRAM

Data: 24/06/2021

CVP INICIA CAMPANHA DE SONDAGEM

No início de julho, a Companhia Vale do Paramirim deverá dar início a uma campanha de sondagem rotativa, a ser realizada pela Geosol, com objetivo de ampliar as reservas minerais e certificação das mesmas nos Distritos: Ferrífero-Cuprífero-Fosfatado-Aurífero e Ferrífero-Zincífero, no extremo norte da Província Mineral.

Entre os dias 18 e 20, a presidência da CVP (Companhia Vale do Paramirim) e todo o seu quadro técnico acompanhou a visita de uma comitiva liderada pelo vice-governador da Bahia, João Leão, que incluía todo o staff da Seplan (Secretaria de Planejamento), o ex-presidente da ALB, atual Secretário da SDE, Nelson Leal e os principais deputados Federais e Estaduais atuantes na Região, além das principais lideranças municipais do Vale do Paramirim.

Na ocasião, todos visitaram a Mina Pedra de Ferro da BAMIN; os Depósitos de grafeno expostos nos cortes da Valec (Lote 05); e visita ao Distrito polimetálico (Ferrífero- Cuprífero-Fosfatado-Aurífero) nos terrenos das Fazendas Jatobá e Papa-Mel, certificando de forma oficial o potencial mineiro da região. A delegação conheceu também alguns trechos das obras da VALEC, viadutos e pontes em plena construção.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 23/06/2021



ACORDO ESTREITA RELAÇÃO DO MME COM COOPERATIVAS MINERAIS BRASILEIRAS

Parceria permitirá troca de experiências e construção de uma plataforma para aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas ao setor.

O Ministério de Minas e Energia (MME), por meio da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) assinaram, na quinta-feira (17/6), Acordo de Cooperação Técnica (ACT) que visa estreitar a relação entre as duas instituições, com foco no desenvolvimento sustentável das cooperativas minerais.

Na cerimônia virtual, o MME e a OCB, representados pelo secretário Alexandre Vidigal e pelo presidente Márcio Lopes de Freitas, respectivamente, enfatizaram a convergência de interesses e propósitos, destacando que o cooperativismo mineral é o formato privilegiado pela Constituição Federal de 1988 para a atividade garimpeira, tendo como objetivo primordial a proteção do meio ambiente e a promoção socioeconômica dos garimpeiros e das regiões produtoras.

Neste contexto, destacou-se que a aproximação entre MME e OCB permite a troca de experiências e a construção de uma plataforma para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas ao setor e às populações ligadas ao segmento.

A coordenadora-geral do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração, da SGM/MME, Dione Macedo, e o analista técnico e econômico da OCB, Alex do Santos Macedo, apresentaram um panorama do segmento e descreveram o funcionamento do Plano de Trabalho do ACT.

O Plano de Trabalho estipula as ações e entregas que a parceria deve render, como o mapeamento e divulgação do cooperativismo por meio do compartilhamento dos dados e da avaliação periódica do panorama regulatório do setor. Está prevista também a produção e divulgação de material técnico voltado aos garimpeiros e aos gestores locais, com destaque para aspectos administrativos, sociais e ambientais da atividade.

O presidente da Federação das Cooperativas de Mineração do Estado de Mato Grosso (FECOMIN), Gilson Camboim, representante nacional das cooperativas minerais, também registrou presença no encontro. Camboim apontou os esforços da classe garimpeira para o desenvolvimento das práticas socioambientais e a importância deste tipo de parceria para a construção de um novo cenário de prosperidade e sustentabilidade para as regiões produtoras.

O evento também esclareceu dúvidas sobre escopo e execução do ACT, bem como a participação dos múltiplos atores interessados no segmento garimpeiro e em seu desenvolvimento sustentável.

O texto do ACT e o Plano de Trabalho serão publicados no Diário Oficial da União e a cerimônia virtual estará disponível em breve no YouTube dos signatários.

Fonte: MME

Data: 22/06/2021

PROJETO SERROTE, DA MINERAÇÃO VALE VERDE, ESCREVE NOVA PÁGINA NA HISTÓRIA DE ALAGOAS

Craíbas e Arapiraca comemoram entrega do Projeto Serrote, que deve promover impacto de até 8% na economia da região.

A expectativa de geração de 600 empregos diretos e 1,8 mil indiretos na região de Craíbas, em Alagoas, com a conclusão e entrega do Projeto Serrote, da Mineração Vale Verde (MVV), enche de esperanças a população do agreste alagoano. Na quarta-feira (16/06), o secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME), Alexandre Vidigal, testemunhou pessoalmente a emoção que tomou conta da cerimônia de entrega do projeto, da qual também participaram o governador de Alagoas, Renan Filho, o presidente do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Esteves Colnago, o prefeito de Craíbas, Teófilo Pereira, além de prefeitos de cidades da região e secretários municipais e estaduais daquele estado.

O Projeto Serrote pertence ao Grupo Appian Brazil, braço do Grupo Appian Capital Advisory LLP. O grupo é um fundo de investimento londrino, dedicado apenas aos setores de mineração e metalurgia no mundo. No Brasil, o fundo tem o controle de 100% das mineradoras Atlantic Nickel, na Bahia, e da MVV, em Alagoas, e estuda expansão com a aquisição de novos ativos como níquel, cobre, ouro e lítio. Somente em 2020, mais de 50 ativos foram analisados.

“Estamos compartilhando um momento que deve ser comemorado pelo mundo, porque temos um apelo pela sustentabilidade, pela redução de carbono, pela transição energética, que só poderá se tornar realidade com empreendimentos como esse”, ressaltou Vidigal. “A sociedade já fez sua escolha pelo estilo de vida que quer, ao mesmo tempo tecnológica e com elevado comprometimento na preservação do meio ambiente e na preocupação com as gerações futuras”, acrescentou.

Falando sobre a relação transição energética e mineração, o secretário lembrou que, nos próximos 40 anos, serão necessários investimentos de US\$ 2 trilhões de dólares/ano para que o mundo consiga realizar a transição energética. “Nós estamos falando em cerca de um PIB brasileiro, ao ano, durante 40 anos. E isso só será possível com empreendimentos como esse”, destacou.

A partir do Projeto Serrote, segundo o secretário, a previsão de impacto na economia dos municípios de Craíbas e Arapiraca é de cerca de 8%. “Estamos em um ambiente muito mais que festivo e de inauguração. Estamos em um momento de profunda transformação, econômica e social, dessa região importantíssima do agreste do estado de Alagoas. Tenho convicção de que estamos todos escrevendo uma página importante da história do estado de Alagoas”, enfatizou.

MVV

Foram investidos aproximadamente R\$ 1 bilhão para a conclusão do empreendimento, considerado o maior investimento privado dos últimos 10 anos no estado de Alagoas. A MVV é a única mineradora de metais básicos daquele estado, um ativo com mais de 40 anos de história, sob a gestão da Appian.

A expectativa de produção da MVV é de 50 mil toneladas de concentrado de cobre por ano, com uma vida útil da mina estimada em 14 anos. Mais de 2 mil empregados trabalharam na obra de construção da MVV e, destes, aproximadamente 600 serão mantidos durante a operação. Levantamentos apontam que 75% dessa mão de obra vem das comunidades locais.

A contribuição econômica direta da MVV, segundo a empresa, tem um impacto de 8% nas economias de Craíbas e Arapiraca, divididos entre os mais de R\$ 20 milhões em impostos e CFEM e mais de R\$ 60 milhões em compras locais, por ano.

Fonte: MME

Data: 22/06/2021

ECONÔMICO
Valor

PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO BRUTO SOBE 16,5% EM MAIO, APONTA WORLDSTEEL

A SIDERURGIA CHINESA, RESPONSÁVEL POR QUASE 60% DO TOTAL MUNDIAL, MANTEVE SEU RITMO DE CRESCIMENTO

A produção mundial de aço em maio registrou aumento de 16,5% na comparação com um ano atrás, somando 174,5 milhões de toneladas, conforme relatório divulgado nesta manhã pela World Steel Association, em Bruxelas.

A siderurgia chinesa, responsável por quase 60% do total mundial, manteve seu ritmo de crescimento. As usinas de aço do país fizeram 99,5 milhões de toneladas no mês, uma alta de 6,6% sobre o mesmo mês em 2020.

No acumulado de cinco meses, conforme a Worldsteel, foram produzidas 837,5 milhões de toneladas de aço, o que representou aumento de 14,5% ante o mesmo período do ano passado. Na época, as operações em muitas regiões, como a Europa e Américas, estavam fortemente afetadas pela pandemia de covid-19.

No acumulado do ano, a China atingiu volume de 473,1 milhões de toneladas, com aumento de 13,9% ante o período janeiro-maio de 2020.

No mês passado, as atividades produtivas mostraram recuperação em vários países, na comparação com um ano atrás. A Índia, por exemplo, registrou alta de 46,9%. O Japão, terceiro maior produtor mundial, apresentou aumento de 42,2%.

Outros destaques foram os Estados Unidos, com 47,6%; a Alemanha, 35,5%; e a Turquia, 42,4%. O Brasil reportou acréscimo de 40,1% na produção de aço bruto, de 3,2 milhões de toneladas — a maior para um mês desde outubro de 2018.

Fonte: Valor Econômico

Data: 22/06/2021